



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CONSELHO GERAL

Acta da reunião do Conselho Geral de 16 de Novembro de 2009

-----Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e nove, teve lugar, na Sala do Conselho Científico da Reitoria da Universidade dos Açores, pelas nove horas e trinta minutos, uma reunião com os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Apreciação e votação da acta da reunião de 24 de Julho de 2009 (A enviar separadamente);
2. Apresentação sumária do documento “Distribuição do orçamento de funcionamento da Universidade dos Açores. Proposta de uma metodologia” e das simulações solicitadas na reunião de 28 de Outubro, a cargo da Administração;
3. Votação das propostas apresentadas para alteração do documento “Distribuição do Orçamento de Funcionamento da Universidade dos Açores. Proposta de uma Metodologia” (Ver Anexo);
4. Apreciação das simulações ensaiadas com base na Estimativa de Orçamento para 2010, discutida na reunião de 28 de Outubro de 2009 (As simulações constam do ficheiro Excel enviado separadamente);
5. Votação da versão final do documento citado no ponto 2. em conformidade com as deliberações anteriores;
6. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores.

-----Para além do Presidente do Conselho Geral da Universidade dos Açores, Doutor Ricardo Madruga da Costa, que presidiu, estiveram presentes os seguintes membros:----

- Doutora Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha;-----
-----Doutor Mário José Amaral Fortuna;-----
-----Doutor Carlos Eduardo Pacheco Amaral;-----
-----Doutor Armindo dos Santos Rodrigues;-----
-----Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba;-----
-----Doutora Rosa Maria Baptista Goulart;-----

-----Doutora Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz;-----
-----Estudante Nelson Braga Moura;-----
-----Estudante André Filipe Matos de Carvalho;-----
-----Mestre Francisco José Massa Flor Franco;-----
-----Dr. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa-----
-----Dr. Mário António da Mota Mesquita-----
-----Estiveram ausentes o Doutor Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho e o Dr. Roberto Sousa Rocha Amaral, que justificaram.-----
-----Verificando-se a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral começou por cumprimentar os conselheiros, tendo declarado aberta a sessão-----
-----1.A Acta da reunião do dia vinte e quatro de Julho de 2009 foi aprovada por maioria, com uma abstenção.-----
-----Antes do início do ponto 2. da ordem dos trabalhos, o Presidente do Conselho Geral alertou os conselheiros para o facto de a última reunião ter decorrido de forma menos ordenada, pelo que solicitou aos presentes um esforço de disciplina durante a reunião, bem como alguma contenção na transmissão de informações que pudessem revelar-se redundantes.-----
-----2.O Conselho Geral analisou o documento “Distribuição do orçamento de funcionamento da Universidade dos Açores. Proposta de uma metodologia”, tendo o Presidente passado a palavra ao mestre Francisco Franco para apresentar o mesmo.-----
-----O mestre Francisco Franco começou por explicar o enquadramento do orçamento de funcionamento da Universidade, tendo referido que apenas as despesas com o pessoal representavam cerca de 90% do seu valor, o que poderia ser colmatado com receitas próprias, de modo a equilibrar o referido orçamento. Adiantou ainda que as receitas e despesas relativas aos projectos (overheads) não haviam sido contabilizadas, podendo ser utilizadas de forma variável.-----
-----Passando à metodologia, demonstrou que a distribuição do orçamento de funcionamento havia sido feita pelas unidades orgânicas com base no critério dos “alunos pesados”, ou seja, o número de alunos de cada unidade, cada qual com o seu critério de custo. Para exemplificar, referiu que um aluno de Medicina valeria três vezes mais do que um aluno de Gestão. Tendo por base os alunos inscritos à data de 31 de Janeiro dos dois anos anteriores, referiu que haviam sido multiplicados os valores, segundo as fórmulas do Ministério, conforme a área dos alunos distribuídos pelas respectivas unidades orgânicas.-----

-----Entrando já no orçamento de 2009, referiu que o seu valor havia sido idêntico ao do ano anterior, acrescido dos reforços recebidos ao longo do ano, tendo a sua distribuição inicial sido feita pelas unidades orgânicas com base no critério da dimensão, não esquecendo o facto de o pessoal de determinada unidade orgânica poder prestar serviço noutra. Continuou a sua apresentação explicando que a matriz havia sido elaborada com base em informação dos Serviços Académicos, mais precisamente no número de alunos a que cada docente lecciona no espaço da sua unidade orgânica. Deste modo, quanto mais horas de serviço docente médias cada Departamento tiver, mais o mesmo será majorado. Quanto à despesa com os serviços centrais, referiu que haviam sido somadas todas as despesas e posteriormente divididas pelas unidades orgânicas com base na sua dimensão. Obtido assim o saldo final, concluiu que no melhor cenário de injeção dos 2.8 milhões de euros de défice haveriam sempre unidades orgânicas que continuavam deficitárias, enquanto outras ficariam supervitárias. Apresentado o último quadro com o saldo final das unidades orgânicas, o mestre Francisco Franco deu por terminada a sua apresentação.-----

-----O Presidente do Conselho Geral abriu um período de esclarecimentos e, não havendo qualquer pedido de intervenção, passou a palavra à Senhora Administradora para que procedesse à apresentação da simulação solicitada na reunião de 28 de Outubro de 2009.-----

-----A Senhora Administradora apresentou o quadro de simulação, tendo explicado que para todas as unidades orgânicas haviam sido experimentados quatro cenários com as seguintes percentagens de taxa de coesão: 10%, 15%, 20% e 25%. Acrescentou ainda que a simulação traria um acréscimo dos serviços centrais, sendo este valor retirado das referidas unidades orgânicas.-----

-----O Magnífico Reitor pediu a palavra para esclarecer que a solução favorecia o campus maior, enquanto uma solução inversa distribuiria o montante pelos três pólos de forma idêntica. Acrescentou ainda que o défice geral não poderia ser aumentado de forma alguma, pelo que ao crescer em determinado sítio, teria de se diminuir noutra.---

-----3. Após uma breve pausa de dez minutos, o Presidente informou que se passaria de seguida à apreciação, discussão e votação das propostas de alteração do documento em apreço enviadas pelos conselheiros Tomaz Dentinho, Carlos Amaral e Armindo Rodrigues.-----

-----O Dr. Mário Mesquita solicitou um breve comentário, por parte da Senhora Administradora, sobre os efeitos que cada proposta de alteração produziria nos documentos apresentados, tendo o Presidente respondido que tal metodologia estava

prevista do seguinte modo: para cada proposta de alteração a Senhora Administradora explicaria em primeiro lugar as consequências e em segundo os aspectos que pudessem colidir com o normativo dos Estatutos e do RJIES.-----

-----Os doutores Gilberta Rocha e Mário Fortuna sugeriram também a seguinte metodologia: primeiro apresentação da proposta pelo proponente, seguida de período de reflexão e discussão sobre a mesma.-----

-----Entrando seguidamente na análise das propostas do doutor Tomaz Dentinho, e dada a ausência deste conselheiro, não ocorreu a acordada apresentação inicial.-----

-----Proposta 1 do doutor Tomaz Dentinho-----

-----A respeito desta proposta, a Senhora Administradora considerou-a impraticável.---

-----Aberto o período de reflexão, os doutores Mário Fortuna e Armindo Rodrigues, apesar de reconhecerem a dificuldade de pôr em prática o conteúdo da proposta, manifestaram a sua concordância com o princípio de racionalização (em que os serviços centrais também deveriam ser alvo de escrutínio), para se poder reduzir a despesa.-----

-----Posta à votação, a proposta foi rejeitada por unanimidade (12 votos contra).-----

-----O doutor Mário Fortuna declarou ter votado contra apesar de concordar com o princípio, porque reconhecia a sua inviabilidade neste momento.-----

-----Proposta 2 do doutor Tomaz Dentinho-----

-----Sobre esta proposta, a Senhora Administradora esclareceu que a distribuição dos custos dos serviços centrais deveria ser feita com base na dimensão do Departamento, em detrimento do número de pessoas afectas a cada unidade orgânica.-----

-----Durante o período de debate intervieram os doutores Mário Fortuna e Gilberta Rocha, tendo sido realçado que a proposta seguia exactamente a direcção contrária da metodologia apresentada e que levantava muita dúvida e confusão.-----

-----Realizada a votação, a proposta foi rejeitada por unanimidade (12 votos contra).---

-----Proposta 3 do doutor Tomaz Dentinho-----

-----Relativamente a esta proposta, a Senhora Administradora explicou que 2011 iria ser o ano de arranque, não fazendo sentido analisar apenas os dois anos anteriores, uma vez que não existia base de análise no passado.-----

-----Não tendo havido intervenções, foi posta à votação a proposta, tendo sido rejeitada por unanimidade (12 votos contra).-----

-----Terminada a análise das propostas de alteração do doutor Tomaz Dentinho, passou-se à discussão da proposta do doutor Carlos Amaral que, na opinião do Senhor Presidente, se poderia dividir em duas, além de colidir, eventualmente, com os normativos atrás referidos.-----

-----Conforme acordado, o doutor Carlos Amaral apresentou a sua proposta, esclarecendo que a mesma não colidia de modo algum com os normativos nem poderia ser dividida conforme a sugestão do Senhor Presidente. Considerou a metodologia apresentada federalista (lida-se apenas com as partes, ignorando-se o todo que é a Universidade dos Açores) e feudalizante (reserva do poder para as unidades orgânicas), tendo ainda chamado a atenção para o facto de as unidades orgânicas da Universidade dos Açores serem muito diferentes das restantes de Portugal, quer pela sua dimensão, quer pela inexistência de serviços centrais próprios e de órgãos de coordenação e consulta.-----

-----Para concluir a sua apresentação, realçou novamente que os Departamentos eram apenas parte do todo que é a Universidade, referindo ainda que aos serviços centrais pouco mais sobraria das despesas com o pessoal.-----

-----Aberto um período de reflexão, intervieram os doutores Mário Fortuna (1) e Rosa Goulart (2), o Dr, Mário Mesquita (3), os doutores Armindo Rodrigues (4) e Alfredo Borba (5), o Magnífico Reitor (6) e a Senhora Administradora (7), que realçaram os seguintes aspectos, respectivamente:-----

-----1 – A proposta do doutor Carlos Amaral transmite a ideia de que a Universidade dos Açores possui falsas unidades orgânica cheias de poder, o que não corresponde à verdade. A metodologia apresentada pela Administração tem em atenção em primeiro lugar o todo, já que retém 20% do orçamento para os serviços centrais. É impensável voltar ao passado em que as unidades orgânicas não tinham orçamento próprio;-----

-----2 – A Universidade deve ser pensada como um todo;-----

-----3 – A argumentação do doutor Carlos Amaral de pensar na instituição como um todo é digna de nota, mas a descentralização do orçamento para os Departamentos também se reveste de carácter positivo. A Universidade também é uma parte do todo que é o Ministério, podendo ser estabelecido um certo paralelismo entre as relações Departamento/Universidade e Universidade/Ministério. Não deve haver esvaziamento do papel do Reitor, sendo, no entanto, positivo o caminho no sentido da descentralização.-----

-----4 – A Universidade no actual contexto não seria viável se não fizesse parte do todo do Ministério. O esforço do trabalho desenvolvido pela Administração é louvável, já que os Departamentos precisam de ser responsabilizados para se melhorarem.-----

-----5 – O documento do doutor Carlos Amaral transforma a Universidade numa confederação. Devem ser estabelecidas parcerias com universidades similares, mas o

subsídio do Governo Regional não deve ser distribuído de forma idêntica pelos Departamentos.-----

-----6 – A Universidade, através da administração, apresentou uma metodologia orçamental adequada aos novos estatutos, ao contrário da proposta do doutor Carlos Amaral que clama por novos estatutos. As simulações partem do princípio de que iremos receber reforços. Todos os anos o orçamento é comunicado ao Reitor, não havendo qualquer margem para negociação. O contrato-programa assinado em 2004 melhorou bastante a situação da Universidade, estando agora a passar por uma situação difícil.-----

-----7 – A filosofia de análise do orçamento proposta pelo doutor Carlos Amaral contraria a que foi apresentada pela administração.-----

-----Terminada a ronda de intervenções relativas à proposta de alteração do doutor Carlos Amaral, o Dr. Mário Mesquita sugeriu que se realizasse em Lisboa uma reunião com todas as universidades que se encontram em situação análoga à da Universidade dos Açores, o que poderia funcionar como chamada de atenção da opinião pública e, consequentemente, do Governo.-----

-----Antes de passar à votação, o doutor Carlos Amaral reafirmou a sua proposta, insistindo que não defendia a ideia de que não devem existir orçamentos por departamentos, mas dizendo que não defendia a existência de orçamentos “libertinos” e afirmando que a solidariedade se revelava um falso princípio, porque a ideia de Universidade deve prevalecer sobre as Unidades Orgânicas. Também em relação aos Serviços, reafirmou a ideia de que estes são pertença do todo, não devendo funcionar por critérios de solidariedade. Considerou que, ao contrário de outras propostas, entendia ser um problema assentar no princípio de que os Serviços são insuficientes e dotados de recursos também insuficientes para cumprir a sua finalidade. Adiantou que compreendia a existência de critérios e, aludindo à intervenção do doutor Mário Fortuna, opinou ser falso que na UAC se adquiria bibliografia pelas Unidades Orgânicas, quer monografias, quer revistas. Apontou o caso do DHFCS como um caso flagrante em que há muito não se adquiria bibliografia, criticando ainda o facto de muitas assinaturas terem sido canceladas. Reconheceu que as Unidades Orgânicas da UAC, ao contrário das grandes universidades que têm bibliotecas privativas, tinham uma dimensão reduzida e, por isso, compreendia a prática de uma política de transversalidade. Nesta ideia, comentou que num quadro confederativo percebia-se que cada um cuidasse dos interesses próprios, apontando o facto como configurando a “Tragédia dos Comuns”. Entendeu dever despenalizar-se os Serviços Centrais que não tinham estruturas capazes

de funcionar e recusou a existência de um espírito de estratégia na UAC, o que leva à degradação da universidade, sucedendo já a todos os níveis. Entendeu que os Serviços Centrais deviam ser reforçados para dar à UAC um sinal no sentido de se colmatarem deficiências. Adiantou ainda que o método proposto era discriminatório, conduzindo a Unidades Orgânicas de 1.^a e de 2.^a e a Cursos de 1.^a e de 2.^a.-----

-----Em seguida, o Magnífico Reitor abordou a questão da Bibliografia para esclarecer que ao nível dos Mestrados existia cerca de 1 Milhão de Euros disponíveis, montante suficiente para adquirir toda a bibliografia que se reclama como necessária. Apesar disto, reconheceu que no passado ano o C.A. deixou de autorizar compras de bibliografia por falta de verbas, sendo apenas uma situação temporária.-----

-----O doutor Carlos Amaral referiu que esta informação era preciosa, demonstrando que prevalecia o interesse de grupos e não o interesse da UAC como um todo, embora reconhecesse o esforço da Reitoria, sublinhando que o que estava em causa era o interesse geral. No seguimento destas considerações, interrogou-se acerca do destino diverso das demais das propinas dos Mestrados e reafirmou a crítica ao espírito confederalista.-----

-----Seguidamente, o Conselho Geral passou à votação das propostas de carácter programático apresentadas pelo doutor Carlos Amaral, pela seguinte ordem e com os seguintes resultados:-----

-----Proposta 1. Aprovada com 5 votos a favor, 1 voto contra e 4 abstenções; Proposta 2. Rejeitada com 2 votos a favor, 4 votos contra e 6 abstenções; Proposta 3. Rejeitada com 3 votos a favor, 3 votos contra, 6 abstenções, tendo o Presidente do CG usado de voto de qualidade votando contra; Proposta 4. Rejeitada com 4 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções, tendo o Presidente do CG usado o voto de qualidade para votar contra; Proposta 5. Rejeitada com 3 votos a favor, 4 votos contra e 5 abstenções; Proposta 6. Rejeitada com 1 voto a favor, 3 votos contra e 8 abstenções; Proposta 7. Rejeitada com 1 voto a favor, 1 voto contra e 10 abstenções, tendo o Presidente do CG usado do voto de qualidade votando contra; Proposta 8. Rejeitada com 4 votos a favor, 4 votos contra e 4 abstenções, tendo o Presidente do CG usado voto de qualidade para votar contra; Proposta 9. Rejeitada com 3 votos a favor, 4 votos contra e 5 abstenções.---

-----O Conselheiro Dr. Mário Mesquita apresentou declaração de voto, o mesmo acontecendo com o Presidente do CG, ficando as duas declarações anexas à presente Acta.-----

-----A reunião foi interrompida às treze horas e vinte minutos para almoço, tendo sido reiniciada às catorze horas e trinta e cinco minutos.-----

-----Seguiu-se de imediato a análise das propostas do doutor Armindo Rodrigues, o qual passou a apresentá-las sucessivamente.-----

-----Proposta 1 do doutor Armindo Rodrigues-----

-----O doutor Armindo Rodrigues começou por realçar o mérito da metodologia apresentada, não abdicando, no entanto, da sua perspectiva de visão da Universidade como um todo, tendo ainda referido que a proposta implicava uma nova forma de tratamento das receitas referidas na alínea a), ou seja, as receitas denominadas “Convergência”, “Recuperação” e “Reforço” deveriam ser distribuídas com base no mesmo critério dos “alunos pesados”, já que tinham a mesma proveniência – o orçamento de estado. Concluiu que, deste modo, a metodologia se tornaria num instrumento mais diagnosticante da realidade de cada unidade orgânica e facilitador do objectivo da coesão.-----

-----A respeito desta proposta, a Senhora Administradora explicou que o orçamento inicial era elaborado com base no critério dos “alunos pesados”, não acontecendo o mesmo com as rubricas seguintes atrás referidas, por forma a colmatar os desequilíbrios existentes entre os Departamentos. Concluiu que, caso a proposta fosse aprovada, esse desequilíbrio seria muito maior.-----

-----Aberto o período de reflexão, interveio o doutor Mário Fortuna, que chamou a atenção para o facto de as rubricas em questão servirem para dificuldades, sendo por isso utilizado outro critério na sua distribuição, sob pena de o fosso entre os Departamentos ser cada vez maior, e a doutora Gilberta Rocha, que realçou a vantagem de se conhecer o desequilíbrio real existente entre as unidades orgânicas, para se poder posteriormente chegar à desejada convergência.-----

-----O mestre Francisco Franco interveio para lembrar que os critérios objectivos de distribuição das referidas verbas não eram ainda conhecidos.-----

-----A terminar a ronda de intervenções, usaram da palavra os doutores Alfredo Borba (1), Carlos Amaral (2) e Gabriela Queiroz (3), tendo declarado, respectivamente, o seguinte:-----

----- (1) A referida verba deveria servir para atingir a coesão total;-----

----- (2) A proposta não merece concordância, uma vez que não são conhecidos os critérios que presidem à atribuição das ditas rubricas. A ser aprovada, em vez de contribuir para a convergência, vai acentuar a divergência e prejudicar os Departamentos mais frágeis.-----

------(3) Para atingir a convergência, torna-se necessário perceber como é que os Departamentos que estão em situação problemática podem evoluir.-----

-----Para concluir, o doutor Armindo Rodrigues reforçou a ideia de demonstração da realidade através de uma importante ferramenta de diagnóstico.-----

-----Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 6 votos a favor, 4 votos contra e 2 abstenções.-----

-----Proposta 2 do doutor Armindo Rodrigues-----

-----Nesta proposta, o doutor Armindo Rodrigues demonstrou que o “serviço docente ajustado” também devia ter por base o número de alunos pesados, uma vez que a carga horária média do serviço docente não traduzia necessariamente o número de alunos a quem as aulas são dadas.-----

-----Relativamente a esta proposta, a Senhora Administradora explicou que o objectivo da metodologia neste aspecto era contabilizar o serviço prestado aos outros Departamentos.-----

-----Aberto o período de reflexão, os conselheiros Carlos Amaral e Gilberta Rocha realçaram a dificuldade existente de identificação das unidades curriculares (existem dezenas de disciplinas que são oferecidas a menos de 10 alunos), bem como o perigo de haver uma distorção completa da realidade, por não existir razoabilidade no que se passa na Universidade, designadamente ao nível de outros órgãos que estão a funcionar mal.-----

-----Sobre esta intervenção, o doutor Alfredo Borba lembrou que o tempo de transição para Bolonha estava a acabar, não havendo razão para continuar a existir multiplicação de disciplinas e desdobramento de turmas.-----

-----Posta à votação, a proposta foi rejeitada com 4 votos contra, 3 votos a favor e 4 abstenções.-----

-----Proposta 3 do doutor Armindo Rodrigues-----

-----O doutor Armindo Rodrigues informou que a proposta visava a elaboração de um plano de convergência, em que cada unidade orgânica procuraria desenvolver esforços no sentido de resolver ou minimizar os seus problemas orçamentais.-----

-----Durante o período de discussão, intervieram os seguintes conselheiros:-----

-----O doutor Carlos Amaral, que chamou a atenção para o facto de não concordar com a proposta porque a Universidade não pode deixar de investir em certas áreas só porque não são convergentes. Na sua opinião, o objectivo de fazer ciência deve vir sempre em primeiro lugar, independentemente da procura por determinada área, além de que o planeamento não deve ser castrador do pensamento universitário;-----

-----O aluno André Carvalho, que referiu concordar com a proposta porque a coesão entre as unidades orgânicas é necessária para a perspectiva de universidade como um todo. Reconheceu ainda que, com este plano, é a própria unidade orgânica que vai ter de encontrar meios para cativos alunos a agir em seu próprio benefício;-----

-----O doutor Alfredo Borba, que declarou ser tendencialmente favorável à proposta, lembrando, no entanto, a existência de condicionalismos para a prática do referido plano, designadamente o facto de não se poder aumentar o número de alunos nem de criar um curso sem fechar outro.-----

-----A doutora Gilberta Rocha, que também se mostrou favorável à proposta, uma vez que servirá para definir prioridades e áreas estratégicas, além de funcionar como um exercício obrigatório de análise interna das unidades orgânicas;-----

-----O doutor Mário Fortuna, que lembrou a exigência de as unidades orgânicas já terem de apresentar planos estratégicos anuais para 4 anos, apesar de concordar com a existência de uma perspectiva de convergência. Constatou ainda que os excedentes de alguns departamentos, em vez de servirem para apostar em novas áreas estratégicas, acabam por ser utilizados para colmatar o desequilíbrio dos departamentos deficitários;-

-----Terminado o período de discussão, a proposta foi posta à votação, tendo sido aprovada (retirando-se os 10 anos e o parênteses) por maioria, com 8 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções.-----

-----Proposta 4 do doutor Armindo Rodrigues-----

-----O proponente considerou esta proposta ultrapassada, pelo que o Conselho não procedeu à sua análise e votação.-----

-----Terminado assim o ponto 3. da ordem dos trabalhos, o Presidente avançou para a discussão do ponto 4., que já havia sido previamente apresentado pela Senhora Administradora, tendo declarado aberta a discussão sobre o assunto.-----

-----O doutor Mário Fortuna felicitou a administração pelo excelente trabalho que havia sido elaborado, tendo ainda realçado que as várias simulações apontavam para uma diferença de aproximadamente 50 mil euros, valor que considerava ser muito razoável.-----

-----O doutor Carlos Amaral também felicitou a administração pelo trabalho desenvolvido, referindo, no entanto, que aos serviços de documentação deveriam ser acrescido um valor de 2,5%.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se à votação, em alternativa, das simulações apresentadas, tendo ficado acordado que a proposta base seria designada por

proposta A e as seguintes por B,C,D e E. Realizada a votação, venceu a proposta C com 43 pontos.-----

-----De seguida, procedeu-se à votação, também em alternativa, das percentagens de taxa de coesão apresentadas, tendo o doutor Armindo Rodrigues solicitado a inclusão de um valor diferente (5%), o qual foi aceite por consenso. Terminada a votação, venceu a taxa de 5% com 6 votos, enquanto a taxa de 10% mereceu 5 votos. As restantes percentagens não obtiveram votos.-----

-----Por último, realizou-se a votação da proposta de acréscimo em 2,5% do orçamento dos serviços de documentação, apresentada pelo doutor Carlos Amaral, tendo a mesma sido rejeitada com 4 votos contra, 2 votos a favor e 5 abstenções.-----

-----5.O Presidente colocou à consideração do Conselho Geral a versão final do documento citado no ponto 2. da agenda, com as sucessivas alterações atrás aprovadas, tendo sido aprovado por maioria, com 9 votos a favor e 2 votos contra. Os doutores Alfredo Borba e Carlos Amaral apresentaram declarações de voto, que ficarão anexas a esta acta.-----

-----6.No âmbito dos outros assuntos da ordem de trabalhos, o Presidente deu a conhecer o seguinte:-----

-----1º - A necessidade de convocar um reunião extraordinária para análise do orçamento definitivo da Universidade, o que poderá ocorrer com uma antecedência menor (5dias) do que a usual (10 dias);-----

-----2º O apelo à reflexão sobre uma proposta apresentada em reunião anterior pelo Presidente, que havia sido rejeitada e visando permitir aos conselheiros um conhecimento detalhado das unidades orgânicas.-----

-----Como última sugestão, o doutor Mário Fortuna propôs a realização do próximo Conselho Geral na Horta, por ocasião do trigésimo quarto aniversário da Universidade dos Açores.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente do Conselho Geral:

